

## Abertura do Congresso

Francisco Sobral\*

Exmos Senhores

*Representante de S. Ex.a o Ministro da Educação  
Vereador da Câmara Municipal de Oeiras  
Presidente do Comité Olímpico Português  
Secretário Executivo da Comissão Nacional da UNESCO  
Presidente da FIEP*

*Colegas e Amigos*

Em nome da Direcção da Sociedade Portuguesa de Educação Física, saúdo e agradeço a vossa presença. Aos demais convidados torno extensivas as mesmas saudações, com o desejo de que, ao longo destes dois dias, sejamos capazes de nos dar a conhecer melhor e mais completamente — enquanto aos nossos objectivos, aos nossos problemas, bem como aos nossos modos peculiares de lutar por uns e considerar os outros.

Aos colegas aqui presentes quero transmitir as boas-vindas mais calorosas e agradecer a adesão muito gratificante para o grupo que vem trabalhando, nestes dois últimos anos, com um propósito acima de todos os outros: realentar esta Sociedade que, sendo necessária, tem de ser viável — no cumprimento sem desvios nem ambiguidades do seu projecto estatutário e dos seus fins, digamos assim, «naturais».

Os argumentos que levaram à fundação da SPEF mantêm a sua inteira actualidade. Foram entretanto reforçados por outros argumentos

---

\* Presidente da SPEF.

Boletim SPEF, n.º 7/8 Inverno/Primavera de 1993, pp. 5-12.

e outras situações que se nos afiguram bem mais sérias e preocupantes. Por isso, antes de vos devolver este Congresso — que é, e será, sobretudo vosso — permitam-me evocar alguns factos importantes.

Em 1983, a Educação Física e os seus professores viviam uma situação febril mas sem grandes motivos de apreensão no futuro imediato — ou pelo menos assim se pensava.

A profissão conhecia ainda o entusiasmo e as incidências naturais do estatuto universitário recentemente atribuído à formação dos professores de Educação Física.

Os docentes equiparados a bacharéis dispunham de programas de formação complementar, discutíveis, é certo, mas que permitiram a muitos deles ascender à licenciatura, satisfazendo assim legítimas aspirações particulares. Mas esses programas concorriam também (pelo menos assim se pensava) para o reforço da qualidade e coesão do grupo profissional, dividido, desde os anos 60, por dois níveis de formação inicial.

Os colegas seguiam os êxitos daqueles outros que haviam optado pela carreira académica. Foi um tempo de grandes debates, colóquios, conferências, congressos, esperanças e cumplicidades. Discutiu-se muita coisa — tudo, talvez, menos a consistência da própria Educação Física como projecto profissional.

Com efeito, quem poderia esperar que, poucos anos volvidos, em nome de um aprofundamento científico da formação, a mensagem da Educação Física viesse a sofrer, segundo os casos, a avaliação reservada ou a depreciação frontal das próprias áreas responsáveis pela formação dos seus professores?

Quem poderia então supor que até a expressão «Educação Física» fosse desvalorizada como um anacronismo sem conteúdo? Que suscitasse inibições e pudores ao ponto de ser evitada, e até mesmo omitida, no discurso das suas instituições?

A verdade é que, em dez anos céleres, assistimos, sucessivamente, à diluição da identidade da Educação Física como disciplina escolar e como domínio de conhecimento: à reintrodução de esquemas paralelos de formação inicial; à proliferação anárquica de uma oferta de Diplomas de Estudos Superiores Especializados sem qualquer controlo de qualidade e sem uma clara correspondência entre o espírito da legislação que os criou e as consequências práticas nos domínios do emprego e da qualidade do ensino.

Não servirá de nada chorar sobre o leite derramado — até porque, entretanto, a Administração tomou algumas medidas disciplinadoras, e sobretudo moralizadoras, que só pecaram por ser tardias. Esperemos também que sejam eficazes e duradouras.

Em relação a um passado recente, os professores de Educação Física estão cada vez mais entregues a si próprios. A velha escola de formação, a casa mãe como referência básica da identidade profissional, corresponde a um capítulo que está definitivamente encerrado. É um facto que

pode ser avaliado de diversas maneiras. É sobretudo uma consequência natural da nova situação que traz também novas responsabilidades à organização sócio-profissional dos professores de Educação Física.

Há hoje quatro universidades públicas — e em breve serão seis, tudo leva a crer — que asseguram a formação inicial de professores. Todas elas muito ciosas da sua autonomia e da sua «distanciação» relativamente aos problemas concretos da realidade profissional. Temos ainda as Escolas Superiores de Educação e, pelo menos, uma universidade privada. Agora, os licenciados chegam ao campo da profissão formados por concepções e modelos diversos, com diferentes competências, linguagens e representações.

O crescimento, neste caso, não trouxe a complexidade mas a divisão e a desorientação — conceptual, metodológica e deontológica. É urgente portanto reconstruir a unidade do discurso profissional.

Esta condição não garante, directa e indirectamente, nenhuma das preocupações mais prosaicas dos professores em geral: nem salários mais dignos, nem quadros mais desafogados, nem carreiras mais atraentes, de trânsito fluido, ordenado por regras claras e justas.

Estas são questões aliás que remetem para um outro tipo de intervenção, da qual a SPEF, através desta Direcção, sempre se tem demarcado — porque estranha à sua vocação e finalidades estatutárias; e porque duplicadora da intervenção que compete a outras associações mais qualificadas para tais fins. Referimo-nos, como é óbvio, à intervenção sindical.

O que um discurso profissional pode garantir é algo bem diverso. Um discurso que seja robusto nos seus princípios, feito de diversidades mas coerente nos seus objectivos e nas suas formulações, com alicerces igualmente repartidos pelos critérios da ciência e pelos valores, é uma condição essencial à qualidade do ensino, à satisfação dos professores e dos alunos, à credibilidade social da profissão.

É este o discurso que tem de ser construído e estes os efeitos que temos de alcançar como grupo.

Mas este discurso e estes efeitos muito estimáveis não se produzem contudo à custa de um corporativismo enquistado, de uma atitude paroquial que nos leva, entre a insegurança e a soberba, a proclamar a força das nossas razões e a ignorância dos nossos críticos. Nem, muito menos, à custa do esbracejar frenético a que pode conduzir um certo fundamentalismo ingénuo que vê, na Educação Física, um pretexto de guerra santa, uma cruzada que, para mal dos nossos pecados e das nossas virtudes, encontra pela frente adversários bem mais fortes e nada convencidos da pertinência ou da santidade dos nossos argumentos.

Porque os factos parecem ser estes:

— *A Educação Física deixou de revestir a ideia-força que lhe conferia, até há poucos anos, um estatuto sem reservas no meio escolar. Isto, como era*

*evidente, no mero plano da retórica, já que no plano dos actos as melhores intenções sempre se demonstraram inconsequentes.*

- *A explosão de uma nova cultura do corpo, tributária dos modismos e do narcisismo pós-moderno, trouxe ao mercado novas práticas e novos protagonistas que exercem um fascínio, transitório de certo, mas também muito eficaz, sobre os segmentos da população mais ávidos de actividade física, de experiências de movimento, de convivência lúdica.*
- *O desinteresse cada vez mais notório dos jovens, nomeadamente nos anos terminais do ensino secundário, por uma Educação Física que não lhe apresenta, em geral, propostas novas e interessantes nem responde aos seus desejos particulares de participação desportiva.*

O resultado de tudo isto é, em primeiro lugar, uma insatisfação profunda dos docentes, um «mal-estar» profissional que não é exclusivo do nosso país, como irá demonstrar-nos o Prof. Bart Crum na sua conferência — mas que tem entre nós, por razões culturais, incidências e consequências mais gravosas.

E, em segundo lugar, uma posição mais vulnerável a decisões da Administração ditadas por conveniências de gestão financeira, pretensamente legitimadas pela deslocação dos interesses do «mercado» — ou seja, dos alunos, dos jovens e das comunidades em geral.

E, como terceira consequência, a necessidade de uma revisão exaustiva da filosofia, dos conteúdos e dos modos de transmissão dos saberes e das atitudes próprias da disciplina.

É chegado assim o momento de os professores de Educação Física assumirem sem ambiguidade o controlo da profissão, através das suas organizações representativas com idoneidade para o efeito; e de assegurarem, a par dos programas de formação contínua dos professores, a reorientação também contínua da disciplina onde exercem a sua intervenção.

Não há, de facto, indicações de que as universidades em geral tenham algum apetite por esta missão. Estão ocupadas, e até certo ponto deslumbradas, com os cânticos de uma ciência descomprometida com a velha matriz profissional. Entre os docentes que se ocupam da formação de professores de Educação Física é cada vez maior o número daqueles que não têm a menor experiência do terreno a que se destinam os seus formandos.

Assim, é o próprio período de formação que tem de ser prolongado após quatro ou cinco anos de universidade que correm o risco de servir não se sabe bem para quê. A universidade é autónoma — isso não se discute. Mas o Governo que, a propósito das propinas do Ensino Superior, tanto invoca o sagrado nome do contribuinte, não deverá desprezar esta ocasião para nos dizer se, à universidade pública, é consentido este desperdício faraónico.

Entretanto, e a manter-se esta situação, a SPEF não põe de parte a hipótese de reclamar a orientação do estágio pedagógico ou de qualquer outra modalidade de formação complementar dos licenciados, uma vez assegurada a estrutura e a capacidade funcional requeridas.

Os professores de Educação Física têm de assumir a coerência do seu discurso e dos seus percursos de formação. Mas é-lhes exigido que examinem igualmente as expectativas que a sociedade neles deposita e as representações que deles mantém; que identifiquem as causas e as consequências do «mal-estar» profissional; que analisem os novos contextos em que decorre a sua actividade.

No seu desenho geral, o Congresso pretende ser uma oportunidade para esse debate, desde logo pelos temas que foram seleccionados. É bem possível que não cheguemos a conclusões satisfatórias, que tudo venha a ser apenas um «começar». Mas aqui deve prevalecer o sentido da intervenção de uma sociedade científica: detectar os novos problemas, propor métodos e soluções inovadoras, não desperdiçar tempo e energias com discussões redundantes e triviais.

A questão da Educação Física como profissão de desgaste rápido pode ser objecto de diversos tratamentos. O Governo produziu há pouco tempo legislação geral sobre esta matéria que não abarca porém as incidências específicas de uma intervenção docente que é também muito específica. Mas a questão não se esgota apenas na dimensão jurídica da protecção laboral.

O «stress» inerente à profissão é, em primeiro lugar, uma realidade conflitual com o arquétipo tradicional e mítico do professor de Educação Física, aquele homem ou mulher de porte atlético, rústico e dominador, que transpira saúde e cultiva toda a espécie de incomodidades. Este modelo espartano de professor talvez um misto de Indiana Jones e «boina verde», seria apenas um equívoco pitoresco se não lhe sucedessem as negligências conhecidas em matéria de instalações e condições de trabalho.

A generosidade dos professores de Educação Física, um elemento próprio da índole que determina uma dada escolha profissional, satisfaz-se com instalações sem mais. Instalações apenas, conquanto existam. Dada a penúria ou o estado de degradação conhecidos, a qualidade não é assunto prioritário. Esta tolerância tem um preço que é pago duas vezes: no estado de saúde dos professores — que não são nem eternamente jovens, nem uma estirpe especial e melhorada do género humano; e na qualidade do ensino, com tudo o que daí advém para o problema mais profundo, mais «ontológico», digamos assim, da insatisfação dos professores e dos alunos.

Em termos de qualidade do ensino e das aprendizagens, nenhuma outra disciplina escolar é tão dependente das condições externas, da organização do espaço e dos materiais didácticos. Nenhuma outra decorre em condições tão agressivas — que lhe são naturais, é certo, mas

que impõem medidas de protecção adequadas. A SPEF não pretende levantar o problema do «stress» profissional só na óptica de protecção laboral mas também, e sobretudo, na da qualidade do ensino e das aprendizagens; e na da investigação aplicada à concepção e elaboração das instalações e dos equipamentos, bem como do seu ajustamento aos conteúdos curriculares.

Os problemas da educação multicultural e multi-étnica são outro domínio crítico da profissão. Conhecem-no bem os colegas que exercem na zona metropolitana de Lisboa, em especial nas áreas suburbanas, onde escolas há cuja população é, a 60% ou mais, de ascendência africana. Há certamente outros grupos étnicos também representados mas que não põem problemas tão agudos de participação e de insucesso escolar.

Estas crianças e jovens têm o direito de ver reconhecidos, como todos os outros, a sua identidade cultural, os seus interesses próprios e as suas disposições particulares. Já marginalizadas socialmente, essas comunidades imigradas vêem os seus filhos sofrer outra forma de marginalização numa escola que, mesmo não lhes sendo hostil, a muitos títulos é-lhes estranha. Isto resulta, numa elevada frequência, em dificuldades de integração, absentismo e episódios graves para a disciplina e a convivencialidade escolares.

Numa época em que despontam, por toda a Europa, sinais inquietantes de retorno à intolerância inter-étnica, ao nacionalismo agressivo, à xenofobia, não podemos ignorar ou ficar indiferentes a uma situação vulnerável ao contágio dos efeitos de moda mais perniciosos, nem as virtualidades da Educação Física e da formação desportiva na superação de barreiras relacionais, na satisfação do direito das minorias em afirmarem-se na sua plena identidade e, nesse quadro, realizarem as suas aspirações.

Por outro lado, cumprindo a sua vocação humanista e a sua responsabilidade social enquanto espaço da educação e da pedagogia, ao reconhecer essa identidade e ao assumir, do facto, todas as consequências, é a própria Educação Física que se enriquece, incorporando heranças culturais diversas, um espectro mais amplo de práticas físicas e novos significados da experiência da corporalidade.

A SPEF está muito sensibilizada para intervir — no âmbito das atribuições que decorrem do seu estatuto de sociedade científica e de representação sócio-profissional — no diálogo de culturas e no relacionamento entre os povos. Tem-no feito, em primeiro lugar e de uma forma muito gratificante, no quadro da EUPEA, a Associação Europeia de Associações de Professores de Educação Física, em cuja fundação participou.

Tem igualmente previsto fomentar, em tempo oportuno, condições de intercâmbio regular entre os nossos professores e os seus alunos, por um lado, e os seus colegas de outros países, num programa de permuta

de experiências a vários nívesi. Cremos que este diálogo de culturas no domínio do desporto escolar, das manifestações lúdicas e corporais, se pode enquadrar num projecto como o das Escolas Associadas da UNESCO — e reiteramos aqui o interesse em analisar com a Comissão Nacional da UNESCO as condições da sua concretização.

Dentro desta linha estratégica, estamos sobretudo interessados na cooperação com os Países Africanos de Expressão Portuguesa, em tudo quanto nos solicitem segundo a avaliação que façam das nossas capacidades e no quadro estrito das nossas vocações e competências.

Foi, de resto, neste espírito que actuámos na última Conferência da UNESCO sobre Actividade Física, Desporto e Desenvolvimento (realizada em Nabeul, na Tunísia, no passado mês de Fevereiro), quando incentivámos uma posição global dos países lusófonos ali presentes e, em conjunto, obtivemos uma reunião com o Director da Divisão de Juventude e das Actividades Desportivas da UNESCO, sr. Vagliani, a fim de discutirmos formas especiais de apoio aos países africanos de língua oficial portuguesa.

Na sequência dessa iniciativa, tivemos a satisfação de apreciar como a intervenção ulterior desses países, através de uma comunicação dirigida ao plenário pelo colega representante de Angola, serviu para salvar uma conferência já empastelada pela incompreensão e pelo paternalismo de muitos delegados europeus em face dos problemas característicos das nações africanas.

Em Lisboa, infelizmente, alguns agentes da Administração sentiram-se melindrados nas suas prerrogativas. Isso coincidiu, de certo por uma circunstância fortuita, com um período em que a SPEF teve mais dificuldades de acesso a entidades oficiais de quem é, habitualmente, interlocutor. A verdade é que um défice secular de prática democrática e de participação cívica criou, entre nós, um complexo muito profundo da Administração face à actuação das organizações não governamentais.

Dizêmo-lo sem ressentimento, com a neutralidade própria de quem verifica um traço sociológico. A Direcção da SPEF, pela postura independente que tem mantido com intransigência, conhece bem os riscos e os custos que impendem sobre esta norma de conduta, numa sociedade onde as manifestações mais elementares da fisiologia social ainda são avaliadas, com demasiada frequência, pelo estalão das leituras de partido e da política formal.

Tal facto não nos fará desviar uma nesga deste caminho. Uma Sociedade como a SPEF não é cliente — presta serviços. Não procura o protagonismo público — trabalha discretamente, num regime propício à reflexão e análise ponderada dos problemas, para garantir a credibilidade e a respeitabilidade da profissão. Colabora com os poderes, pela crítica, pela formulação de propostas, pela intervenção directa que os poderes lhe solicitem — mas não colabora sem condições e, muito

menos, em colisão com a sua natureza própria, como se pretendeu, há algum tempo, na lamentável questão do Desporto Escolar.

Isto não nos cria inibições de espécie alguma para abordar os poderes e a Administração no sentido de financiarem, com as verbas que a comunidade neles deposita, as acções que a essa mesma comunidade se destinam. O Poder Local, por exemplo, tem compreendido o interesse das nossas iniciativas, ao ponto de todas elas terem sido concretizadas com o apoio de Câmaras Municipais distribuídas pelas diversas cores do espectro partidário. O que demonstra afinal que o melhor fermento da nossa mensagem está no conhecimento directo das condições de vida da população infanto-juvenil do país; no discernimento; na sensibilidade cultural.

É com este sentimento que dirigimos os nossos agradecimentos à Câmara Municipal de Oeiras, na pessoa do seu Vereador aqui presente, pelo enorme apoio concedido à realização deste IV Congresso. Tem para nós um significado muito especial que nos encontremos na sede de um concelho com uma ligação profunda quer à história da nossa própria formação de professores, quer à história do movimento desportivo nacional. Peço também, Senhor Vereador, que transmita o nosso agradecimento aos Serviços e aos técnicos da Câmara Municipal de Oeiras que nos prestaram a sua inestimável colaboração.

O nosso reconhecimento vai também para a Direcção-Geral dos Desportos, um aliado «natural» neste campo de iniciativas. Permitam-me porém a referência especial a duas entidades que, tendo prestado pela primeira vez o seu apoio a iniciativas da SPEF, testemunham por esse facto o alcance e as implicações do nosso domínio de intervenção: trata-se da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica e da Comissão Nacional da UNESCO.

Antes de vos devolver o Congresso, como disse no início das minhas palavras, não posso deixar de celebrar aqui uma efeméride. Este Congresso quase coincidiu com o segundo aniversário da morte do Prof. Noronha Feio. Sócio n.º 2 da SPEF, um dos colegas que mais combateu para que esta sociedade existisse e prosperasse, foi o Prof. Noronha Feio o primeiro subscritor da lista de que resultou esta Direcção. Ele gostaria de saber que a SPEF existe e está crescendo. Que triplicou o seu número de associados e alargou a sua expressão a todo o território nacional.

E vai sabê-lo porque, nestes dois dias, o seu exemplo e a sua memória vão estar aqui presentes. Ele que nos desculpe mas, como também compreenderá, este é um pequeno incómodo que não seríamos capazes de lhe poupar.